

## RESENHAS / REVIEWS

## EICHMANN EM JERUSALÉM: UM RELATO SOBRE A BANALIDADE DO MAL

EICHMANN IN JERUSALEM: A REPORT ON THE BANALITY OF EVIL

Luiz Gustavo Campana Martins<sup>1</sup>

ARENDR, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. - tradução: José Rubens Siqueira. São Paul: Companhia das Letras, 2014.

Eichmann em Jerusalém é fruto da análise do julgamento do nazista Adolf Eichmann em 1961. Hannah Arendt fora enviada pelo jornal New Yorker para cobrir o julgamento que, ao final, resultou na sua obra mais polêmica e que mais tarde levou à própria decadência da aceitação da autora nas comunidades judaicas, na Europa e nos Estados Unidos.

Para discutir a temática da banalidade do mal, na visão de Hannah Arendt, faz-se necessário entender, antes, um breve histórico sobre a vida e luta da autora. Judia, nascida na Alemanha em 1906, encontra no exílio sua única saída ao nazismo. As obras da autora são inteiramente influenciadas pela sua própria experiência no regime totalitário e pelos acontecimentos políticos marcantes do século XX.

Eichmann era um dos funcionários mais importantes do regime nazista. Embora fosse de baixo escalão, ajudava no planejamento, deportações e transportes dos judeus. Pessoalmente ele afirmava nunca haver maltratado ou matado um judeu, mas foi um dos responsáveis pelo planejamento da *solução final*, que consistia na eliminação completa de toda a população judia dos territórios alemães. Ele disse por vezes em seu julgamento que não era o monstro que estavam tentando fazer dele.

Condenado à morte, o caso de Eichmann foi acompanhado de perto por Hannah Arendt, sendo que a maior lição que a autora tirou desse caso foi sobre *a banalidade do mal*. A princípio, é importante esclarecer que o intuito da autora jamais foi defender Eichmann ou qualquer outro nazista dos crimes cometidos, até porque a autora não os exime de culpa pelos atos cometidos. Entender que a autora produz uma defesa de Eichmann é uma interpretação equivocada, muitas vezes levada pelo sentimentalismo que envolve a questão. Hannah Arendt critica qualquer governo que prejudique a liberdade dos homens em nome quaisquer valores. Ela defende a preservação da dignidade, liberdade e consciência acima de tudo.

<sup>1</sup> Mestrando em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina - UEL/PR. Especialista em Filosofia Política e Jurídica pela UEL. E-mail: gus.campana@hotmail.com.

Hannah Arendt, para a decepção de muitos, vai dizer que não era possível enxergar qualquer traço diabólico ou demoníaco em Eichmann, nenhuma maldade intrínseca ou vontade de praticar o mal pelo mal, nenhum ódio profundo contra os judeus, mas sim, pelo contrário, ele se mostrava um sujeito absolutamente comum, inclusive com traço amoroso e cuidadoso na família, perfil de razoável tranquilidade e perspectiva de vida calcada no trabalho digno, no respeito e na família. Diversos exames psicológicos atestaram também a normalidade da personalidade do réu, sendo que, a partir disso, surge a indagação de como poderia ele ter cometido tamanha atrocidade contra toda uma população.

Justamente nesse contexto é que ela vai criar o conceito da banalidade do mal, ou seja, dizer que o mal não é extraordinário, o mal não está inteiramente fora das pessoas, o mal não é um monstro. Por outro lado, o mal é banal, o mal é comum, o mal é presente, o mal está em muitos lugares e todos são capazes de cometer as piores atrocidades.

Um dos pontos-chave para entender a conclusão da autora, é entender a passividade burocrática de Eichmann. Ele era um homem qualquer, um homem normal que obedecia a qualquer comando, a qualquer voz imperativa que lhe dissesse o que fazer. Mais do que isso, Hannah Arendt percebeu que quando não havia uma ordem, ou um regulamento que orientasse Eichmann, ele mal sabia o que fazer, ele se sentia desorientado. Ela também percebeu que ele utilizava de um vocabulário administrativo como *economia*, *rotina*, *administração* e *evacuação* ao tratar dos campos de concentração, das execuções e do extermínio.

Com isso, a autora vai chegar à conclusão de que Eichmann era um homem incapaz de pensamento, isto é, de um diálogo consigo mesmo rumo a independência. Ele era incapaz de se colocar do ponto de vista de outra pessoa, de refletir, a partir de um senso crítico, sobre os atos que realizava. Ela vai concluir, portanto, que Eichmann era um mero cumpridor de ordens, que seguia à risca o regime e as ordens provenientes do Estado Nazista e de seu líder genocida Adolf Hitler, sem ao menos pensar sobre o que fazia.

Assim, os atos de maldade cometidos por Eichmann, segundo Hannah Arendt, são fruto da irreflexão, da incapacidade de pensar e refletir. Apesar disso, ele tinha plena consciência do que estava fazendo e de todo o massacre ocasionado pelo regime e, ainda sim, o fazia. Para ele, não importava a moral ou a honra, mas sim seu sucesso pessoal e crescimento na carreira enquanto trabalhador. O que para os judeus era o extermínio de uma população, para Eichmann era o sucesso profissional que tanto sonhava.

O mal de Eichmann não provém do sobrenatural, mas sim de um homem assustadoramente normal. Esse é o mal moderno, um mal que, por não ter um motivo especial – um vilão, um pecado, um trauma, um demônio – pode ser um mal infinito, um mal cometido por qualquer pessoa normal: aquela que tem família, paga seus impostos, vai à igreja, realiza festas com amigos e familiares e, inclusive, por aquela que se elege presidente da república.

Esse é justamente o ponto chocante – e polêmico – que resultou da análise de Hannah Arendt, o fato de que, na verdade, todos estão sujeitos a praticar qualquer ato de maldade ou crueldade, por pior que seja. Tal como Eichmann e grande parte dos alemães que concordaram ou

consentiram com as atrocidades e com o genocídio do regime Nazista, muitos seriam capazes de reproduzi-las, nos dias de hoje, em condições semelhantes.